O EMPREGO DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI Nº 12.318/2010) PARA FINS ILÍCITOS: A necessidade de avanços à luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

Ismael Francisco de Souza

Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – RS.
Professor do Mestrado em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – SC. E-mail: ismael@unesc.net

Jamila Péterle dos Santos

Bacharela em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: jamila.ps@terra.com.br

Marcus Vinicius Almada Fernandes

Especialista em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Arthur Thomas, Londrina – PR.
Professor do curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – SC. E-mail: almada@unesc.net

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar os desvios na aplicação da Lei de Alienação Parental sob a ótica do princípio do melhor interesse da criança. Por meio do método dedutivo e de uma metodologia de pesquisa teórica, com a utilização de material bibliográfico e documentos legais, inicialmente aborda-se acerca da evolução histórica das famílias, com enfoque nas famílias monoparentais, analisando as consequências psicológicas, afetivas e sociais que a monoparentalidade provoca nas crianças e nos adolescentes, bem como, verifica-se o surgimento e a importância do princípio do afeto nas relações familiares associado ao princípio do melhor interesse da criança. Na sequência, explana-se sobre a quebra do vínculo conjugal, verificando os efeitos e as emoções vivenciadas pelas pessoas que estão sujeitas à sua ruptura. Trata, inclusive, da análise do instituto da autoridade parental, a evolução acerca da terminologia, o conceito e a importância para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes e estuda também as principais espécies de guarda. Por último, faz-se uma análise sobre a Lei de Alienação Parental, verificando os motivos que levaram à sua criação e suas falhas capazes de desvirtuar completamente a sua aplicação, o que acaba por reforçar vozes no sentido da necessidade do seu aprimoramento ou até mesmo da sua revogação. Em linhas gerais, conclui-se que a discussão aprofundada da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 é condição essencial para garantir às crianças, aos adolescentes e aos genitores, a proteção dos seus direitos fundamentais como seres humanos.

Palavras-chave: Alienação Parental. Síndrome. Fins ilícitos. Princípio do melhor interesse da criança.

THE USE OF THE PARENTAL ALIENATION LAW (LAW NO. 12.318/2010) FOR ILLEGAL PURPOSES: the necessity of improvements under the guidance of the principle of the child's best interests

ABSTRACT

This paper aims to analyze misuses of the Parental Alienation Law under the perspective of the child's best interests. Through the deductive method and a theoretical methodology, the research starts by approaching the historical evolution of families, focusing on single-parent families, analyzing the psychological, affective and social consequences that single-parenting causes on children and adolescents, as well as verifying the origin and importance of the principle of affection in family relationships, associated to the principle of the child's best interests. Then, it discusses the divorce, observing the effects and emotions lived by the people involved in this process. It also brings up the analysis of the institution of parental authority, the development of this term, the concept and importance in the effectuation of children's rights, besides approaching the main types of child custody. Finally, this study examines the Parental Alienation Law in order to find out the reasons that based its creation and the flaws capable of twisting its enforcement completely, which often supports the demands for improvements, or even for its repeal. The study concludes that a careful debate about the Law no. 12.318 from August 26, 2010, is an essential condition to make sure that children, adolescents and parents will have their fundamental rights as human beings protected.

Keywords: Parental alienation. Syndrome. Illegal Purposes. Principle of the child's best interests.

1 INTRODUÇÃO

A alienação parental é um fenômeno bastante conhecido e discutido nos últimos anos no meio jurídico e social, ela envolve condutas como a imposição de dificuldades de contato entre pais e filhos, a desqualificação de um dos genitores, promovida habitualmente pelo guardião da criança ou do adolescente, a destruição da relação parental e até mesmo a rejeição do pai ou da mãe pela criança ou pelo adolescente.

Diante da violação aos direitos dos seres humanos mais vulneráveis e da busca pelo combate à violência psicológica e familiar, o Poder Legislativo aprovou a Lei nº 12.318 no dia 26 de agosto de 2010, conhecida como a Lei de Alienação Parental (LAP), com o objetivo de proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como dos seus pais ao melhor convívio familiar possível.

Não obstante, a LAP pode apresentar desvios na sua aplicação capazes de legitimar abusos sexuais e psicológicos, de obrigar a convivência das crianças e dos adolescentes com seus

abusadores e de causar devastações psicológicas e sociais em seres humanos vulneráveis. Nesse sentido, em um profundo contrassenso, a Lei de Alienação Parental pode ser utilizada, por vezes, para o próprio fim a que proíbe.

Sob esse prisma, o presente artigo instigará o leitor a realizar uma análise, não usual, da Lei de Alienação Parental e, por meio da exposição dos objetivos da sua criação, bem como dos desvios quando da sua aplicação, possibilitará ao leitor uma reflexão acerca da sua extinção ou do seu aprimoramento, analisando o conceito histórico dos fenômenos da Síndrome da Alienação Parental e da Alienação Parental, o advento da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 no Brasil e a segregação do seu propósito de criação.

2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS ANTE A ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO AFETO E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

É indiscutível que a família é a base para a formação dos seres humanos, afinal, é na família que se observa o desenvolvimento biológico, psicológico, filosófico, e até cultural e afetivo dos seres humanos (FARIAS; ROSENVALD, 2018). Sob essa perspectiva, a família é onde o ser humano desenvolve seus sentimentos, sua personalidade, busca e encontra a felicidade e a sua realização pessoal, valendo-se para isso da proteção Estatal e do afeto familiar.

A família pode ser compreendida por diferentes ângulos, sendo possível analisar seu conceito como um fenômeno biológico e social (COSTA, 2016), necessitando a atuação de diversos ramos de conhecimento para a sua eficaz compreensão, incluindo a psicologia e a ciência do direito (FARIAS; ROSENVALD, 2018). Para que se torne mais cognoscível, necessário se faz analisar, brevemente, a evolução histórica das famílias.

No início da humanidade as famílias viviam em comunidades, havia uma convivência contínua e recíproca entre filhos e pais de várias famílias, os homens eram responsáveis por garantir os lares, enquanto as mulheres os dirigiam buscando a sobrevivência de todos (WEISSMANN, 2008). Com a Revolução Industrial surgiram as chamadas famílias modernas, marcadas principalmente pela segmentação no mundo do trabalho, onde o patriarca perde o poder de controle total. Nesse momento, os pais passam a dividir a autoridade dos filhos com o Estado, a família é construída em torno da criança e do adolescente e o

aconchego do lar possui uma função afetiva de zelo e cuidado (WEISSMANN, 2008). Nasce, assim, uma concepção de família baseada no sentimento, onde o lar torna-se um espaço de proteção e abrigo (RIED, 2011), além disso, as mulheres passam a possuir independência econômica por meio do seu trabalho e, começam a ocorrer as rupturas conjugais (LEÃO, 2016).

Nesse novo ambiente, é necessário compreender que a consanguinidade não é mais condição necessária para a formação familiar, dando espaço ao afeto e à convivência. Nesse diapasão, a Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu art. 226, os direitos das famílias como um direito fundamental de terceira dimensão, protegendo toda e qualquer formação familiar e rompendo com a ideia tradicionalista de famílias patriarcais, abrangendo as famílias pós-modernas e legitimando a afetividade e o seu desenvolvimento (TORRES, 2014).

Dentre as várias matrizes familiares da atualidade, a que se revela com mais habitualidade é a família monoparental, a qual se configura pela composição de quaisquer dos pais e seus descendentes, não importando a natureza da filiação ou do parentesco (TORRES, 2014).

Essas transformações sociais que proporcionaram o surgimento das novas concepções de família, potencializam o afeto como peça fundamental nas relações familiares para o ideal desenvolvimento dos filhos (POPPE, 2014). No campo do direito passa a ser necessário para a solução dos conflitos o conhecimento psicossocial, a fim de analisar todos os aspectos relevantes e subjetivos de cada sujeito em busca da efetividade da dignidade da pessoa humana, essa análise envolve, tanto o âmbito subjetivo, como o campo de direitos de cada indivíduo (SANTOS, 2010).

No campo principiológico, “o afeto [...] se expressa por meio do princípio constitucional capaz de justificar a própria existência da família, que em sua reconhecida pluralidade, alicerça sua razão de ser nas relações pessoais que dela emanam.” (LIMA, 2007, p. 25). Deste modo, a proteção do núcleo familiar moderno pressupõe a dignidade do próprio ser humano, sendo o laço afetivo um dos vetores principais para que essa proteção seja efetivada.

3 A REVOLUÇÃO ENCARTADA NOS PRINCÍPIOS DO AFETO E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

É incontroverso que as famílias sofrem constantes modificações e transformações ao longo da história, sendo necessária a modificação Estatal a fim de compactuar com essa evolução e transformação da sociedade. Sob esse prisma, a partir de 1988, com a chegada da Constituição Federal, ficou estabelecido o reconhecimento jurídico da afetividade, que implicitamente no texto constitucional, permitiu tutelar situações subjetivas, protegendo-as e reconhecendo-as no mundo jurídico (CALDERÓN, 2017).

Assim, é possível visualizar o princípio da afetividade em diversas normas constitucionais, como o reconhecimento da união entre pessoas sem a chancela burocrática do Estado, a adoção como escolha de amor, a família reconhecida por apenas um dos genitores e a socioafetividade que rompe os laços biológicos.

Nessa concepção, a emenda constitucional nº 66 de 2010 também trouxe mudanças na legislação do divórcio, promovendo o afastamento do Estado do ambiente íntimo dos indivíduos e reconhecendo aos cônjuges a decisão sobre a manutenção do vínculo conjugal. Visualiza-se que o afeto se manifesta como o principal fundamento das relações familiares, sendo considerado, portanto, um direito fundamental esculpido pela Constituição Federal que visa a valorização da dignidade de cada pessoa que compõe a entidade familiar (RENON, 2009). O princípio da afetividade é uma extensão ao princípio da dignidade da pessoa humana, o qual faz referência a todas as relações sociais, em especial as relações familiares.

Partindo dessa construção familiar voltada à afeição e ao desenvolvimento sadio das gerações humanas, emerge o princípio do melhor interesse da criança, que segundo Cavalcanti (2007, p. 194) “[...] é fundamentado, sem dúvida, no amor, no afeto e na relação estreita, verdadeira e estável com seus pais, sejam eles biológicos, jurídicos ou apenas sujeitos de uma realidade diária.”.

O melhor interesse da criança está previsto na Declaração dos Direitos da Criança, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (COLUCCI, 2014). Na esfera do direito a criança e o

adolescente surgem como sujeitos que demandam cuidados especiais pela condição de vulnerabilidade e desenvolvimento. Nesse olhar de proteção às crianças e aos adolescentes, o ECA tem como base a doutrina da proteção integral, a qual pressupõe o reconhecimento de direitos específicos de segurança, amparo e abrigo a todas as crianças e adolescentes.

O Estado possui o dever de salvaguardar os seus interesses de forma protecionista e ordenada, sendo que a doutrina da proteção integral deve ser vista como um objetivo a ser alcançado para assegurar os direitos fundamentais inerentes aos infantes, visando a um adequado desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Em busca da efetivação desses direitos, manifesta-se o princípio do melhor interesse da criança, que deve nortear todas as situações ligadas à infância e à adolescência, devendo ser considerado na construção, na aplicação e na execução da lei, visando sempre proteger as crianças e os adolescentes. Com base nos princípios do afeto e do melhor interesse da criança, os operadores do direito devem observar as peculiaridades inerentes a cada caso, empregando sempre o que for melhor para a criança e para o adolescente. (LIMA, 2007).

Acerca da aplicação desses princípios nas relações parentais, torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente, pois, em se tratando de divórcio ou separação dos pais, os filhos são submetidos a uma ruptura da relação familiar, causando um desequilíbrio estrutural e emocional. O comprometimento que cada genitor terá em relação aos seus filhos, irá tornar os efeitos do divórcio ou da separação muito mais leves na vida social e psicológica da criança ou do adolescente.

Assim, independentemente da relação dos pais, os filhos necessitam de afeto e acolhimento no seio familiar, permitindo à criança e ao adolescente um desenvolvimento psicoemocional amparado por seus genitores (LIMA, 2007). As crianças e os adolescentes sujeitos às famílias contemporâneas, formadas pela ruptura conjugal, carregam marcas que se manifestam ao longo da vida e das relações familiares futuras, ademais, a quebra do vínculo acarreta mágoas, angústias pessoais e sofrimentos psíquicos (RIBEIRO, 2018).

Deste modo, tendo como foco o interesse da criança e do adolescente e as relações de afeto e amor, os operadores do direito devem analisar o convívio dos genitores entre si e com os

filhos, para que a ruptura dos laços conjugais interfira minimamente na atividade psicológica e social da criança e do adolescente.

4 ASPECTOS DA GUARDA NA RUPTURA DA RELAÇÃO AFETIVA: AMOR É FERIDA QUE DÓI E QUE SE SENTE

A quebra do vínculo conjugal provoca mudanças drásticas nas famílias, tanto no âmbito de vivências físicas, quanto psicológicas e emocionais. A ruptura desse vínculo exige tempo para aceitação e para a nova construção de um eu interior, interferindo essencialmente na relação parental com os filhos. É aí que surge o instituto da guarda, com o intuito de preservar da melhor forma possível os vínculos de afeto, amor e convivência entre pais e filhos após a ruptura de uma relação conjugal.

A palavra ruptura (2020) significa “quebra de relações sociais ou de compromissos; suspensão da continuidade de algo; corte; interrupção.”. Objetivamente, para falar sobre o instituto da guarda é essencial que se compreenda as consequências psicossociais que a ruptura da relação conjugal provoca a todos os personagens envolvidos com a quebra do vínculo afetivo, em especial os filhos.

As pessoas estão em constantes transformações e o que parecia conveniente hoje pode não ser mais amanhã, e isso não é um problema, é apenas uma mudança de percepções de vivências, o problema se encontra em seguir a vida separados e esquecer de respeitar um ao outro como ser humano. O rompimento dos laços familiares, no princípio, ocasiona sentimentos abarcados por dores e incertezas acompanhados de frustrações, ilusões e culpas. Sobre a quebra do vínculo conjugal, afirma Guazzelli (2013, p. 186):

Quando o vínculo conjugal se desfaz, necessariamente, todos os membros da família precisarão se adaptar a uma situação nova e inédita em suas vidas, e terão de viver dentro de um novo formato e esquema familiar. Essas transformações e mudanças na vida de cada um implicam perdas e, mesmo que em médio prazo venham se mostrar benéficas, quase sempre são rejeitadas, num primeiro momento.

Os relacionamentos conjugais estão solidificados no vínculo afetivo e quanto mais sólido esse vínculo maior as chances de satisfação conjugal ao longo do ciclo vital. Deste modo, como afirmam Mosmann, Wagner e Zordan (2011, p. 60), “casais com consistente vínculo afetivo, capacidade de adaptar-se aos problemas da vida a dois e habilidade de resolver de forma construtiva seus conflitos tendem a apresentar maiores níveis de satisfação conjugal.”. Nesse

sentido, a forma como os conflitos conjugais serão enfrentados refletirá não só na convivência interpessoal entre os cônjuges, mas também, com os filhos.

Ao fim da relação conjugal, surgem os direitos e as garantias individuais de liberdade de cada um que suporta o desenrolar de uma dissolução afetiva, conjugal e familiar. O divórcio, a separação ou a dissolução de uma união são, na maioria das vezes, a melhor forma de garantir uma vida saudável a todos os conviventes, proporcionando a eficácia dos direitos à liberdade previstos na CRFB/88. Tais direitos revelam-se no direito de família na medida em que preservam na relação conjugal o livre arbítrio do casal em decidir pela união ou pela dissolução da sociedade conjugal.

Sobretudo, há no seu interior uma preocupação com o princípio da dignidade da pessoa humana, fazendo-se valoroso ponderar as consequências psicossociais que a escolha do casal pelo divórcio, separação ou dissolução acarreta aos filhos. A existência de discussões, brigas e hostilidades entre os pais após a dissolução conjugal provoca grandes impactos na saúde mental dos filhos, devendo o ex casal escolher a melhor maneira de vivenciar as mudanças na realidade familiar pós divórcio para que os filhos não sejam prejudicados (FRANCO, 2019). Uma reorganização psíquica e emocional com o objetivo de que os ex-cônjuges se relacionem positivamente para exercerem a parentalidade de forma saudável e conjunta, se mostra eficaz para o momento conflituoso (GORIN, 2015).

Sob a égide do Código Civil de 1916, antes da CRFB/88, o exercício da autoridade parental era patriarcal, por isso utilizava-se a expressão “pátrio poder”, terminologia que definia a submissão dos filhos incapazes à autoridade dos pais. A denominação “poder familiar” nasce com o Código Civil de 2002 que, ao longo da evolução das famílias, sofreu mudanças significativas, distanciando-se da sua função originária de exercício de poder para um real compromisso com o dever (GOUVEIA, 2010).

Nessa perspectiva, com a evolução das relações familiares, a expressão “pátrio poder” teve seu sentido alterado e substituído pela expressão “poder familiar”. Essa conjuntura sofreu modificações com a CRFB/88 que reconheceu aos cônjuges igualdades substanciais, concedendo o controle da sociedade conjugal e do poder familiar ao casal. Contudo, a

expressão “poder familiar” ainda não se mostrava adequada para o seu verdadeiro sentido, assim, relata Gouveia (2010, p. 130, grifo do autor) que:

[...] refletindo as relações familiares da sociedade contemporânea, o termo mais adequado para o instituto, como tem sido utilizado por boa parte da doutrina, é o de ‘autoridade parental’, capaz de exprimir o exercício da função dos pais em relação aos filhos, mais como dever do que de direitos, traduzido em uma relação complexa decorrente do parentesco.

A expressão “autoridade parental” é considerada o conjunto de deveres a serem exercidos pelos pais em relação aos filhos, tais como educação, saúde, guarda e sustento material e moral. É, pois, a autoridade parental, mais dever do que poder, ônus dado pelo Estado e atribuído aos pais em virtude da parentalidade.

Apoiado nos direitos das crianças e dos adolescentes e emanado do dever parental dos pais, está consagrado através da CRFB/88 e do ECA, o direito à convivência familiar, demonstrando a importância substancial da interação familiar no desenvolvimento da criança ou do adolescente (QUINTAS; LÔBO, 2004). Entretanto, como já visto, em muitas ocasiões a convivência simultânea dos dois genitores é impossibilitada pelo término do relacionamento conjugal, momento no qual se faz necessário decidir sobre a guarda dos filhos.

No âmbito do Direito de Família, a guarda é um instituto inerente à autoridade parental, a qual consiste no conjunto de obrigações e direitos que os genitores, ou pessoa diversa que detenha a guarda, devem exercer sobre os incapazes a fim de protegê-los e dar o suporte necessário para que cresçam física e psicologicamente saudáveis (FARIAS; ROSENVALD, 2018).

Dentre as modalidades de guarda que o direito brasileiro prevê, estão disciplinadas pelo Código Civil de 2002 a guarda unilateral e a compartilhada, enquanto a guarda alternada está amparada na construção doutrinária do direito de família (CEZAR-FERREIRA; MACEDO, 2016). Na guarda alternada há um revezamento, um movimento cíclico de troca de residências, sendo que durante cada um desses períodos um dos pais exerce a guarda exclusiva (MALUF; MALUF, 2016). A guarda unilateral ocorre quando apenas um dos pais fica com a guarda do filho, enquanto ao outro é apenas conferida a possibilidade de visitas¹⁴⁷ (MONTEIRO; SILVA, 2016).

¹⁴⁷ Trata-se de terminologia legal, entretanto se espera uma relação de convivência saudável e amorosa.

Por meio das modificações no Código Civil de 2002 introduzidas pelas leis 11.698/2008 e 13.058/2014, a guarda unilateral passou a ser subsidiária, dando lugar à guarda compartilhada que atualmente é a regra no sistema jurídico. Na guarda compartilhada, embora ambos os genitores possuam a guarda jurídica, é atribuída uma residência fixa ao filho, que será seu lar referencial, a formação do filho é dirigida conjuntamente pelos pais, de forma que os dois resolvam questões inerentes à saúde, à educação ao lazer e à cultura, por exemplo, dividindo funções e proporcionando ao filho uma convivência contínua com ambos os genitores (LAZZARINI, 2009).

Na perspectiva do princípio do melhor interesse da criança, a guarda compartilhada mostra-se o meio mais eficaz para um melhor crescimento e desenvolvimento dos filhos. Deveras, a guarda é um direito fundamental e deve ser exercida de maneira a atender os interesses dos filhos, caso o compartilhamento da guarda não atenda tais interesses, deve ser afastado, possibilitando a aplicação da tutela favorável à maior proteção da criança e do adolescente (COELHO, 2016).

Partindo dessa ideia de regulamentação de guarda pós dissolução da relação conjugal, não de ser destacadas as consequências relativas à formação psicológica e social das crianças e dos adolescentes nas famílias provenientes da ruptura. Embora o instituto da guarda esteja relacionado e direcionado para que os filhos convivam com ambos os genitores, a realidade muitas vezes mostra-se bastante diferente, ocasionando uma quebra no vínculo afetivo e causando perturbações psicológicas e sociais às crianças e aos adolescentes (HOPPE, 2002). Há de ser observado nessa conjuntura, que em muitas situações não é propriamente o divórcio ou a separação que causa sofrimento e problemas psicológicos à criança ou ao adolescente e sim o conflito entre os pais. Conforme afirma Santos (2015, p. 68):

[...] não é a separação ou o divórcio que acarreta sofrimento na criança a ponto de serem danosos para a sua saúde mental, mas a existência de conflito entre os pais. Os fatores mais identificados como contribuindo para o surgimento de prejuízos nas crianças são: sintomas psicopatológicos em um ou em ambos os pais, a condição financeira do pai e da mãe e o modo como os pais conduzem a coparentalidade.

No acertamento da guarda, os filhos vivem um momento delicado que implica instabilidade psicoemocional, e a paciência e a cooperação dos pais são de suma importância. “Cuidado é sinônimo de amor. Qualquer relação dita de amor que não seja embasada pelo cuidado pode ser outra relação, mas não de amor.” (CEZAR-FERREIRA; MACEDO, 2016, p. 95).

Sobrevém que a realidade é impiedosa na maioria das vezes, e nos casos de disputas judiciais

de guarda única, a consequência é o afastamento do não-guardião e a produção de sérios desgastes emocionais a todos os membros da família, principalmente às crianças e aos adolescentes envolvidos (RAMOS, 2016).

Sob a ótica de cuidados mútuos, a guarda compartilhada, regra na legislação brasileira, possui o objetivo de evitar as consequências daninhas da dissolução do vínculo afetivo. Nesse sentido, é importante que haja estímulo ao convívio familiar com pais, avós, irmãos e todos os parentes, além disso, os genitores devem ter consciência dos valores que devem passar aos filhos, dever de cuidado, de educação e da necessidade de estarem presentes no cotidiano dos filhos, afinal, a afetividade floresce com a convivência, com os cuidados diários e com um ambiente de respeito e solidariedade (RAMOS, 2016).

5 OS DESVIOS NA APLICAÇÃO DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI Nº 12.318/2010)

Desde muito tempo especialistas estudavam a alienação parental por meio de observações aos comportamentos infantis, mas foi no ano de 1949 que o psicanalista Wilhelm Reiche descreveu, efetivamente, algumas condutas semelhantes às da alienação parental, momento que marca o início da análise e observação de atuações mentais associadas à alienação parental.

Destaca-se como o mais significativo dos estudiosos do tema, o psiquiatra norte americano Alan Richard Gardner (SOUZA 2013). Ele acreditava que os genitores guardiões buscavam incessantemente o afastamento dos filhos do genitor não guardião, se utilizando para isso do que ele chamava de “lavagem cerebral” (FREITAS, 2015), e com base em inúmeros casos de disputa de guarda com esses critérios, Gardner criou, na década de 1980, uma teorização sobre a Alienação Parental (AP) e sobre a Síndrome da Alienação Parental (SAP). Bucher-Maluschke *et al.* (2016, p. 162) afirmam que Gardner conceitua a Alienação Parental:

[...] como um distúrbio que surge principalmente no contexto de separação conjugal e de disputa pela guarda de crianças e adolescentes. A sua primeira manifestação seria a campanha de difamação feita por parte de um genitor em relação ao outro; trata-se de uma campanha de difamação não justificada, visando afastar a criança do genitor não guardião.

Assim, a AP é caracterizada pela realização de uma campanha depreciativa pelo instrutor, enquanto a SAP é marcada pela própria contribuição da criança em caluniar o genitor alvo,

gerando sequelas psicológicas e comportamentais manifestadas pela manipulação do instrutor (BROCKHAUSEN, 2011). Para Gardner, a SAP é um subtipo da Alienação Parental, sendo esta última um gênero que engloba várias espécies de alienação. É o que explica Brockhausen (2011, p. 18):

[...] a SAP aparece como um subtipo da AP, sendo esta última uma classificação mais genérica. A Alienação parental engloba todas as situações que explicam a alienação de uma criança em relação ao genitor rechaçado, desde situações reais, como abusos, negligência e maus-tratos, até mesmo outros motivos como revoltas adolescentes, sedução de jovens por cultos religiosos, problemas na capacidade de parentalidade de um genitor, entre outros. [...]. Ao definir SAP e AP, Gardner traz em sua teorização, uma contribuição ao diagnóstico diferencial da rejeição de crianças aos pais.

Sobre a SAP, esta não foi reconhecida como uma síndrome por nenhuma associação profissional e científica, sendo que sua inclusão no *DSM* e na CID-10 da OMS foi rejeitada com o argumento de que a SAP não possui bases empíricas (SCHAEFER, 2014). Ocorre que, embora não tenha uma recepção oficial como síndrome, a SAP é aceita no meio jurídico de alguns países, como por exemplo no Brasil, que em 2006 reconheceu e legitimou a AP.

No ano de 2008 surgiu o projeto de lei nº 4.053 que deu origem à Lei de Alienação Parental sob o nº 12.318, sancionada em 26 de agosto de 2010 (CÉZAR, 2016), que teve o intuito de efetivar e proteger os direitos humanos já concebidos pela Constituição Federal (SOUZA, 2013) e de salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes de não serem submetidos a abusos psicológicos advindos de um de seus genitores e decorrentes da dissolução do vínculo conjugal (LEITÃO, 2020). Importante salientar que o Brasil é o único país que possui uma legislação específica para tratar da Alienação Parental, à vista de que a SAP não é reconhecida pela ciência e pela psicologia como uma síndrome (BUCHER-MALUSCHKE *et al.*, 2016).

Embora acredita-se ser esse o real sentido da criação da LAP, esta não idealizava realmente a proteção à criança e ao adolescente e, atualmente, vem sendo utilizada como um meio de legitimação de abusos sexuais, disfarçando-se em um instrumento contra mulheres, crianças, adolescentes ou até mesmo famílias que denunciam genitores criminosos (LEITÃO, 2020). Com base em um exame crítico sobre a SAP, Sottomayor (2011, p. 85) concluiu que para o psiquiatra americano Richard Gardner, as crianças e os adolescentes são apenas objetos dos homens adultos:

Esta visão do abuso sexual ignora várias fases do desenvolvimento do ser humano e as necessidades específicas das crianças, assim como o direito da criança ao livre desenvolvimento da

personalidade. As afirmações de Gardner significam uma crença numa sociedade patriarcal assente na propriedade do homem, como chefe de família, sobre as crianças e as mulheres, e numa aprovação de pedofilia, ideologia que nega à criança o estatuto de pessoa autônoma e livre, considerando-a um objeto dos adultos do sexo masculino, submetido ao poder e livre arbítrio destes.

Ao contrário do que parece, a teoria de Gardner não visou proteger os seres humanos mais vulneráveis, mas sim lesá-los por meio de uma análise fria e superficial baseada em uma síndrome que sequer foi aceita por qualquer instituição de respeito (AGUIAR, 2019). Sob essa ótica, a proteção à alienação parental pode possibilitar o convívio da criança ou do adolescente com seus abusadores e, por vezes, até mesmo promover o afastamento do genitor acusador que visa exclusivamente a proteção da criança ou do adolescente.

A prática da Alienação Parental possui natureza estritamente subjetiva e, geralmente, “[...] não deixa rastros materialmente documentáveis a permitir, como é usual no processo judicial, sua aferição de certeza e precisão.” (WAQUIM, 2017, p. 15). O embasamento para esse desapareço é a chamada teoria das alegações falsas de abuso sexual, a qual declara que os alienadores utilizam a evasiva do abuso sexual simplesmente para afastar a criança ou o adolescente do guardião que está sendo acusado da violência.

No direito brasileiro, a tese de alegações falsas de abuso sexual está positivada na Lei de Alienação Parental e não demonstra qualquer cuidado sobre a prova da veracidade ou falsidade dessas alegações, tornando fragilizada a própria aplicação da lei. Conforme expõe Thurler (2019, p. 173), a LAP é “[...] gendrada, masculinista, com caráter punitivo e coercitivo, [...] as acusações não são neutras; são contra a mulher, contra a mãe, na maioria absoluta dos casos, a cuidadora.”. A Lei de Alienação Parental, acaba por se tornar uma nova condição para a violência contra mulheres, crianças e adolescentes e é revestida de violência, poder e medo, servindo como uma arma nas mãos dos agressores e estimulando mais uma forma de discriminação (IENCARELLI, 2019).

Deste modo, a Lei da Alienação Parental desvirtua o seu propósito original de garantir o convívio saudável das crianças e dos adolescentes com ambos os genitores, quando garante o direito a genitores abusadores possuírem acesso irrestrito aos filhos, sendo utilizada como um instrumento legal para a violência institucional contra crianças, adolescentes e mulheres no Brasil.

6 O DEBATE ENTRE A REVOGAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI Nº 12.318/2010) E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

A Síndrome da Alienação Parental ou a Alienação Parental são institutos pouco utilizados no meio jurídico mundial, pouquíssimos foram os países que positivaram a SAP ou a AP em uma legislação ou pacificaram em suas jurisprudências, seja pelo não reconhecimento científico, seja pela sua aplicabilidade desviada e maliciosa (BUCHER-MALUSCHKE *et al.*, 2016).

No Brasil, no entanto, em 2010 houve a edição da Lei nº 12.318, e desde então a Síndrome da Alienação Parental passou a ser uma verdade incontestável. Quando a LAP foi criada, o meio jurídico a recepcionou positivamente, não obstante, nos últimos anos obteve críticas contundentes daqueles que a estudaram profundamente e conheceram de fato a origem do termo “síndrome da alienação parental”. (SORMANI, 2019).

A LAP pode proporcionar uma verdadeira barbárie ao ignorar as acusações de abusos sexuais ou morais feitas pelas mães ou pelos filhos, insinuando que qualquer discurso materno que visa proteger os filhos seja alienação parental (ENZWEILER; FERREIRA, 2019). À vista disso, foram criados grupos de mães, vítimas da LAP, para trabalharem de forma conjunta no combate a essa violência institucional, além de movimentos feministas e da infância e juventude com o objetivo de afastarem decisões com caracteres machistas.

Nesse olhar e com o escopo de analisar anormalidades como estas no sistema, foi criada no ano de 2017 a CPI dos Maus-Tratos, que teve o intuito de investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país (BRASIL, 2018). Especificamente sobre a alienação parental, durante os trabalhos da CPI, foram ouvidos relatos de casos em que os genitores abusadores induzem o outro genitor a formular uma denúncia falsa com o intuito de se beneficiarem com o afastamento do genitor protetor e obterem o acesso à vítima (BRASIL, 2018).

À vista disso, A CPIMT propôs a revogação total da Lei da Alienação Parental, considerando que esta “[...] coloca em evidência a criança e o adolescente como a causa e a consequência dos sofrimentos paterno e materno.” (BRASIL, 2018, p. 42), diversamente do real fundamento da sua criação. Assim, por meio das pesquisas realizadas pela CPIMT, o Senado

Federal inicia um processo de análise para a possível revogação da LAP. O objetivo central da revogação é impedir que pais ou mães percam a guarda dos filhos por fazerem denúncias de abuso ou quaisquer outras formas de violência infanto juvenil contra o outro genitor (BRASIL, 2020).

Em contrapartida, durante os debates sobre a revogação da LAP, houve defesas no sentido do seu aperfeiçoamento com a finalidade de impedir que as crianças e os adolescentes fiquem desamparados e haja a violação do direito à convivência familiar com genitores que realmente são vítimas da alienação parental.

Alguns parlamentares acreditam que eliminar completamente a Lei de Alienação Parental seria uma medida exagerada, e com esse propósito pedem “[...] critérios mais rígidos para diferenciar a denúncia sabidamente falsa, que pode levar à reversão da guarda, da denúncia em que o pai ou a mãe acredita de boa-fé na sua veracidade.” (BRASIL, 2020). Nesse mesmo ponto de vista, alguns psicólogos sugerem modificações na Lei de Alienação Parental, afirmando que “não faz sentido revogar uma lei com tamanho impacto nacional na proteção emocional da prole, com a justificativa de mau uso em casos isolados.” (BRASIL, 2020).

Ante uma análise, vê-se que a finalidade das duas correntes é única e se fundamenta exclusivamente na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo que o debate entre o aperfeiçoamento e a revogação da Lei de Alienação Parental é fundamental para que tais direitos sejam verdadeiramente preservados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Lei de Alienação Parental no Brasil se deu com o objetivo específico de proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, inibindo, assim, a violação dos direitos da sua personalidade. Apesar da boa intenção, observou-se que a lei está sendo utilizada como instrumento de efetivação da violência sexual e psicológica no âmbito familiar, os abusadores manipulam o uso da LAP para conseguirem afastar as crianças ou os adolescentes de seus guardiões protetores.

Percebeu-se no transcorrer da pesquisa que basta a alegação, por parte do abusador, de que o guardião principal está realizando uma falsa denúncia de abuso sexual, para que seja aplicada

a LAP, sem qualquer cuidado em comprovar a veracidade ou a falsidade dessa alegação, ignorando as acusações reais de abusos sexuais ou morais e permitindo uma nova condição de violência contra mulheres, crianças e adolescentes.

O Estado criou a LAP na busca da proteção dos seres humanos mais vulneráveis, mas a sua aplicação está sendo desvirtuada a ponto de permitir um efeito exatamente contrário, motivo pelo qual se faz necessário um debate sobre a possibilidade de aperfeiçoamento ou até de revogação da lei. Com esse objetivo, vislumbrou-se alguns projetos de lei de autoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal buscando solucionar a problemática do distanciamento do real objetivo da lei.

Verificou-se durante essa pesquisa que a revogação total da LAP não soluciona completamente os problemas existentes. Por um lado, a lei não seria mais utilizada para fins ilícitos, entretanto deixaria as vítimas da alienação parental em total desamparo. Nesse sentido, o aprimoramento da LAP é visto como a saída mais eficaz para esse contratempo, a análise aprofundada das denúncias de abuso sexual, realizadas pelo guardião protetor em busca da certeza das alegações, é uma forma de aperfeiçoamento que permite o não desvirtuamento na aplicação da LAP.

Outrossim, durante a análise do tema ficou perceptível a insuficiência de materiais para pesquisa, tanto bibliográfico quanto acadêmico. Essa insuficiência, trouxe dificuldades para o estudo do assunto, pouquíssimos autores abordam a temática da alienação parental sob a perspectiva do desvirtuamento da LAP. Isso demonstra a contribuição do presente trabalho na matéria e a necessidade de ampliação de estudos e análises aprofundados, por meio de pesquisas de campo ou jurisprudenciais, por exemplo.

Nesse olhar, conclui-se que a família é a base de formação dos seres humanos, é o ambiente em que as pessoas se desenvolvem e se transformam, encontrando a sua personalidade e buscando a felicidade dentro de si e no próprio seio familiar. Dentro dessa perspectiva, inserem-se os cuidados com os filhos ainda crianças ou adolescentes, ganhando ainda mais relevância a adequada compreensão e, conseqüentemente, utilização da Lei de Alienação Parental a fins que verdadeiramente enaltecem o melhor interesse da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila. A lei de alienação parental, pelo não benefício da dúvida e pela penalização sem saída das mães: uma reflexão perante a aplicabilidade do direito. *In*: ENZWEILER, Romano José; FERREIRA, Cláudia Galiberne. (Org.). **A invisibilidade de crianças e mulheres vítimas da perversidade da lei de alienação parental, pedofilia, violência e barbarismo**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 498 de 2018**. Revoga a Lei nº 12.318/2010, de 26 de agosto de 2010 que dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134835>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Leila propõe projeto para evitar revogação completa da Lei de Alienação Parental**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/03/leila-propoe-projeto-para-evitar-revogacao-total-da-lei-de-alienacao-parental>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BROCKHAUSEN, Tamara. **SAP e psicanálise no campo psico-jurídico: de um amor exaltado ao dom do amor**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-16042012-162324/en.php>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUCHER-MALUSCHKE, Julia Sursis Nobre Ferro; COSTA, Paulo Victor Madureira Nunes; FERNANDES, Gabriella Assumpção; MENDES, Josimar Antônio de Alcântara; VASCONCELOS, Danielle Ferreira. Publicações psicojurídicas sobre Alienação Parental: uma revisão integrativa de literatura em português. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 1, p. 161-174, 12 jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/29704>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. *E-book*.

CAVALCANTI, André Cleófas Uchôa. **Família, dignidade e afeto: possibilidades e limites jurídicos para estabelecimento de múltiplos laços parentais**. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/7574>. Acesso em: 05 out. 2019.

CÉZAR, Janine Paula Guimarães Calmon. **Alienação parental: a responsabilidade por violação aos princípios do direito de família**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19227>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta; MACEDO, Rosa Mara Stefanini de. **Guarda compartilhada: uma visão psicojurídica**. Porto Alegre: Artmed, 2016. *E-book*.

COELHO, Adriana Lopes Mair. **A guarda compartilhada frente ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1310>. Acesso em 06 out. 2019.

COLUCCI, Camila Fernanda Pinsinato. **Princípio do melhor interesse da criança: construção teórica e aplicação prática no direito brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-25022015-083746/>. Acesso em: 06 out. 2019.

COSTA, Rodrigo Garcia da. **Por um conceito jurídico de família na contemporaneidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19720>. Acesso em: 08 out. 2019.

ENZWEILER, Romano José; FERREIRA, Cláudia Galiberne. Síndrome da alienação parental, uma iníqua falácia. *In: _____*. (Org.). **A invisibilidade de crianças e mulheres vítimas da perversidade da lei de alienação parental, pedofilia, violência e barbarismo**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 10. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2018.

FRANCO, Marina Prado. **Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos na perspectiva dos filhos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22218>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação parental: comentários à Lei 12.318/2010**. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. *E-book*.

GORIN, Michelle Christof. **A parentalidade no pós-divórcio**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=26096@1. Acesso em: 01 abr. 2020.

GOUVEIA, Débora Consoni. **A autoridade parental nas famílias reconstituídas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-16122010-105204/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GUAZZELLI, Mônica. A falsa denúncia de abuso sexual. *In: DIAS, Maria Berenice*. (Org.). **Incesto e alienação parental**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

HOPPE, Martha Marlene Wankler. **A psicopatologia na disputa da guarda por um filho**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3067>. Acesso em: 05 abr. 2020.

IENCARELLI, Ana Maria. Violência, poder e medo. A letalidade psíquica da acusação de alienação parental. *In*: ENZWEILER, Romano José; FERREIRA, Cláudia Galiberne. (Org.). **A invisibilidade de crianças e mulheres vítimas da perversidade da lei de alienação parental, pedofilia, violência e barbarismo**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2019.

LAZZARINI, Patrícia Daher. **A proteção da criança pelo exercício da guarda de menores e da visita**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: doi:10.11606/D.2.2009.tde-16112011-162342. Acesso em: 03 out. 2019.

LEÃO, Ricardo de Holanda. **Construção sócio-histórica das configurações familiares: uma análise a partir da atuação dos profissionais da Assistência Social no estado da Paraíba**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8521>. Acesso em: 08 out. 2019.

LEITÃO, Ariane Chagas. Guarda compartilhada obrigatória: uma análise crítica sob a perspectiva da violação aos direitos humanos. *In*: FREITAS, Maiaja Franken; OLIVEIRA, Claudia Sobreiro de; OSÓRIO, Fernanda; PRADO, Lucilene Teixeira; RIBEIRO, Fabiana; SANTOS, Rosângela Maria Herzer dos; TEIXEIRA, Luciana Almeida da Silva. (Org.). **Elas na advocacia**. Porto Alegre: OAB/RS, 2020. p. 99-124.

LIMA, Suzana Borges Viegas de. **Guarda compartilhada: efetivação dos princípios constitucionais da convivência familiar e do melhor interesse da criança e do adolescente**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3101>. Acesso em: 09 out. 2019.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil, 2: direito de família**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

MOSMANN, Clarisse Pereira; WAGNER, Adriana; ZORDAN Eliana Piccoll. A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. *In*: WAGNER, Adriana (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011. *E-book*.

POPPE, Laila Letícia Falcão. **Novas conformações jurídicas e sociais da família e o afeto como meio de efetivação desse direito fundamental**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2793>. Acesso em: 26 out. 2019.

QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque; LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Guarda compartilhada**. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4035>. Acesso em 03 out. 2019.

RAMOS, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers. **Poder familiar e a guarda compartilhada: novos paradigmas do direito de família**, 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

RENON, Maria Cristina. **O princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92963>. Acesso em: 08 out. 2019.

RIBEIRO, Karla Cristina Rocha. **Algumas reflexões sobre as vozes do sofrimento psíquico na infância e na família contemporânea**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/166155>. Acesso em: 04 nov. 2019.

RIED, Juliana. **Configurações familiares contemporâneas: significações de famílias monoparentais masculinas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86804>. Acesso em: 12 out. 2019.

RUPTURA. *In: DICIONÁRIO brasileiro de língua portuguesa*. Brasil: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SANTOS, Dayse Amâncio dos. **Aqui a gente administra sentimentos: famílias e justiça no Brasil contemporâneo**. 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/862>. Acesso em: 29 set. 2019.

SANTOS, Marcia Regina Ribeiro dos. **A criança na disputa de guarda em contexto da avaliação psicossocial: a voz, o sofrimento e o enfrentamento**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19098>. Acesso em: 06 out. 2019.

SCHAEFER, Amanda Polastro. **A alienação parental e a violação aos direitos da personalidade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-23092015-090257/en.php>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SORMANI, Gabriel Pires de Campos. A revolução cultural e a relativização do caráter abjeto da pedofilia: conexões a serem estabelecidas e iluminadas. *In: ENZWEILER, Romano José; FERREIRA, Cláudia Galiberne. (Org.). A invisibilidade de crianças e mulheres vítimas da perversidade da lei de alienação parental, pedofilia, violência e barbarismo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2019.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da síndrome de alienação parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. **Revista Julgar**, n. 13, p. 73-107, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/12591>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SOUZA, Monaliza Costa de. **Proteção das crianças e dos adolescentes frente a alienação parental: análise a partir da ótica da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010**. 2013.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/187863>. Acesso em: 15 abr. 2020.

THURLER, Ana Liési. 15 anos do novo código civil de 2002 e a garantia dos direitos das mulheres: famílias, guarda compartilhada e a síndrome da alienação parental. *In*: SEVERI, Fabiana Cristina; MATOS, Myllena Calasans de (Org.). **Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil**. São Paulo: FDRP/USP, 2019.

TORRES, Claudia Vechi. **A interpretação constitucional dos princípios da afetividade e solidariedade familiar pelos tribunais superiores brasileiros**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19435>. Acesso em: 27 out. 2019.

WAQUIM, Bruna Barbieri. Criminalizar a alienação parental é a melhor solução? Reflexões sobre o Projeto de Lei nº 4.448/2016. **Revista Síntese Direito de Família**, São Paulo, v. 17, n. 100, p. 9-35, fev./mar. 2017.

WEISSMANN, Lisette. **Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15722>. Acesso em: 08 out. 2019.